

DENISE ROTHENBURG  
deniserothenburg.df@dabr.com.br

## Entre a intervenção e o mercado, sobraram os vouchers

A fala do ministro de Minas e Energia, Adolfo Sachsida, dizendo que quem define preço de combustível é a Petrobras, e não o governo, foi feita justamente para mandar um sinal ao mercado financeiro de que o Poder Executivo não abandonou o viés mais liberal da economia. Na área econômica, tem se repetido um mantra de que não dá para abandonar os fundamentos de defesa da economia de mercado, que ajudaram na obtenção de apoios empresariais na eleição de 2018.

» » »

Nesse sentido, resta ao governo partir mesmo para a distribuição de vouchers aos caminhoneiros, motoristas de aplicativos, taxistas e por aí vai. Falta combinar, porém, com a legislação eleitoral, que não permite essa distribuição em ano de eleição. As exceções são para casos de calamidade e de estado de emergência. Algo que não está descartado, se for a única saída para dar um alívio aos segmentos que mais precisam dessa ajuda.



### Cheque em branco, não

Enquanto acerta o que fazer para tentar aliviar o peso do reajuste dos combustíveis na vida de caminhoneiros e motoristas, o presidente da Câmara, Arthur Lira, buscou a oposição para assuntar o que os partidos de esquerda aceitariam. As legendas não disseram nem sim nem não. Querem, primeiramente, ler tudo o que for proposto.

### Se não pode ajudar...

... não atrapalhe. O Centrão e o centro juntos têm votos suficientes para aprovar qualquer proposta que ajude na redução do preço dos combustíveis, mas as consultas à oposição vêm no sentido de evitar atrasos. Se os opositoristas sacam o "kit obstrução", vai ser difícil aprovar os projetos no curtíssimo prazo.

### Ganha-perde

A aprovação do teto do ICMS dos combustíveis bagunçou as contas do Regime de Recuperação Fiscal (RRF) do Rio de Janeiro e causou desconforto no Tesouro Nacional, um dos atores desse processo. Com a mudança do ICMS dos combustíveis, o Rio deixará de arrecadar R\$ 8 bilhões, cruciais para o RRF do estado.

### Roubou a cena

O programa de governo e o próprio Lula ficaram em segundo plano na reunião convocada para discutir o projeto do petista ao Planalto. O destaque nas redes foi a reclamação do vereador e ex-senador Eduardo Suplicy (PT), de que o programa de renda básica de cidadania não havia sido incluído no projeto, nem ele havia sido convidado para a reunião. Aloizio Mercadante, embora não seja o responsável direto pelos convites, levou a culpa.

### CURTIDAS

**Em 2023...** / A Frente Parlamentar do Empreendedorismo, capitaneada pelo deputado Marco Bertaiolli, aproveitou seu tradicional almoço para discutir a proposta do deputado Domingos Sávio (PL-MG) que cria a figura do decreto legislativo do Congresso Nacional para sustar decisão do STF que extrapole os limites constitucionais.

**...vem polêmica/** Sávio discorreu sobre a proposta por meia hora e citou casos em que o STF legislou em vez de julgar. Depois da sua palestra, no almoço, os deputados comentavam, à boca pequena, não acreditar que a proposta seja debatida em 2022. Já tem confusão demais este ano.

**Mas vontade existe/** Na reunião, a deputada Paula Belmonte (Cidadania-DF), por exemplo, não fugiu do debate. "O Parlamento está acovardado. Precisamos fazer com que não seja refém do STF", disse ela, que defende mandato definido para os ministros da Suprema Corte.

**Veja bem/** O momento não é considerado propício para essa discussão. Afinal, se tem algo que todos concordaram foi que o STF cumpriu o papel de assegurar a democracia e segurar radicais nos momentos de tensão.

Fellipe Sampaio/SCO/STF

### De petistas a bolsonaristas/

O ministro Gilmar Mendes (foto), do Supremo Tribunal Federal (STF), reuniu autoridades dos mais variados governos e autoridades dos Três Poderes no jantar, por adesão, em comemoração aos seus 20 anos de Corte. O presidente do PSD, Gilberto Kassab, por exemplo, veio a Brasília especialmente para o encontro. Passaram por lá advogados ligados ao presidente Jair Bolsonaro e outros simpáticos ao PT e ao centro.



**ELEIÇÕES /** No lançamento do plano de governo, Lula dispara ataques a Bolsonaro, e ex-senador Eduardo Suplicy critica "companheiro" Mercadante publicamente. Cerimônia é invadida por dois homens que chamam o ex-presidente de "corrupto"

# Um evento ao estilo petista

» VINICIUS DORIA

O pré-candidato do PT à Presidência da República, Luiz Inácio Lula da Silva, aproveitou o lançamento do plano de governo de sua aliança com o ex-governador Geraldo Alckmin (PSB) para elevar o tom dos ataques ao presidente Jair Bolsonaro (PL), que busca a reeleição. O petista chamou o rival de "desumano" e "mentiroso compulsivo".

"Nós temos um cidadão desequilibrado, um cidadão do mal, que não foi capaz de derramar uma única lágrima por 670 mil vítimas da covid", atacou Lula. "É um presidente que não conversa com o Brasil." As críticas a Bolsonaro ocuparam quase cinco minutos ininterruptos da fala de quase meia hora do ex-presidente.

A Petrobras foi outro tema em que Lula pegou carona para fustigar Bolsonaro. Disse que faltou "coragem" ao presidente para mudar a política de preços da estatal e que seu adversário só "faz bravatas" porque "não quer brigar com os acionistas, que ficam com o lucro que a Petrobras está tendo e que é exorbitante". O plano de governo do PT e seus aliados preconiza uma nova política de preços, "que considere os custos nacionais e que seja adequada à ampliação dos investimentos em refino e distribuição".

Imediatamente antes da fala de Lula, Alckmin havia ajudado a botar lenha na fogueira da polarização ao declarar que "não se faz um plano de governo democrático em cima de motociata e jet-ski". E finalizou chamando Bolsonaro de "triste presidente".

Lula classificou a aliança com Alckmin como "o grande fato novo da política brasileira". "Eu

jamaiz imaginei que a gente pudesse estar junto em uma campanha", reconheceu o ex-presidente.

### Investimento público

Com 121 itens, o plano de governo da chapa passou por mudanças de última hora. As diretrizes não detalham as propostas, mas indicam princípios, políticas públicas e ações que a aliança vai defender na campanha eleitoral. As questões ambientais ganharam mais relevo, mas os partidos tiveram o cuidado de compatibilizar os interesses preservacionistas com o desenvolvimento econômico, baseado na sustentabilidade e no desenvolvimento tecnológico. O desenvolvimento do setor de mineração, por exemplo, foi incorporado ao plano, com a ressalva de que a atividade ilegal, principalmente na Amazônia, será "duramente combatida".

As diretrizes foram divididas em três eixos: "Desenvolvimento social e garantia de direitos", "defesa da democracia e reconstrução do Estado e da soberania" e "desenvolvimento econômico e sustentabilidade socioambiental e climática". Nesse último, a reforma tributária, o fim do teto de gastos e a revisão da reforma trabalhista — e não mais sua revogação pura e simples — também integram o rol de compromissos.

Coordenador do grupo que preparou o plano, o ex-ministro Aloizio Mercadante (PT) esclareceu que o fim do limite legal dos gastos públicos virá acompanhado de medidas que assegurem o que chamou de "sustentabilidade fiscal". Ele destacou que o documento aponta para a construção de "um novo regime fiscal, que disponha de credibilidade, previsibilidade e sustentabilidade" e "garanta a atuação

Nelson Almeida/AFP



Lula classificou a aliança com Alckmin como "o grande fato novo da política brasileira"

anticíclica". Segundo Mercadante, a prioridade do governo Lula-Alckmin, se eleito, será estimular, por meio de investimentos públicos, a recuperação do setor produtivo com a "reindustrialização do país".

"Num quadro de recessão, se você não tiver investimento público para retomar o investimento privado, não retoma o crescimento. Se não retomar o crescimento, não melhora a relação dívida x PIB (Produto Interno Bruto). Nós temos um grande desafio fiscal pela frente", disse Mercadante, ressaltando que "muitos fiscalistas bem ortodoxos, históricos, também defendem o fim do teto de gastos".

No capítulo dos direitos sociais, o combate à fome foi

apresentado como prioridade absoluta. O plano propõe a restauração do Bolsa Família como política pública permanente de distribuição de renda e combate à insegurança alimentar. Também se compromete com a retomada da política de aumentos do salário mínimo acima da inflação.

O tema educação recebeu um adendo de última hora, que trata da defasagem de aprendizado dos estudantes após o longo período de pandemia. Alckmin apresentou a sugestão para que o governo federal apoie programas específicos de reforço educacional a alunos que não conseguiram (ou tiveram dificuldade para) acompanhar conteúdos das aulas pelo celular ou computador.

### » Invasores são detidos

Quando o ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva terminou de discursar no evento de lançamento do plano de governo, dois homens invadiram a sala aos gritos de "corrupto", mas foram detidos por seguranças do hotel que sediou a cerimônia e do ex-presidente. Os dois foram levados para uma delegacia. O evento não foi aberto ao público em geral, apenas convidados puderam entrar.

## O protesto de Suplicy

Antes da fala do pré-candidato do PT à Presidência, Luiz Inácio Lula da Silva, no lançamento de seu plano de governo, o ex-senador Eduardo Suplicy deixou em saia justa o coordenador dos trabalhos e mestre de cerimônia do evento, o ex-ministro Aloizio Mercadante. Interrompendo a solenidade e postando-se diante de Lula, Suplicy queixou-se de não ter sido convidado para o lançamento nem ouvido sobre sua bandeira histórica em favor de uma política permanente de renda mínima.

"Não fui convidado, mas hoje (ontem) estou aqui. E continuarei trabalhando muito para que Lula e Alckmin instituem a renda básica de cidadania, enquanto eu estiver vivo ainda", enfatizou o ex-senador.

Ele foi repreendido por Mercadante, que rebateu dizendo que a proposta estava contemplada no plano de governo, em seu item 20, que trata do Bolsa Família. O texto preconiza que o programa de transferência de renda "viabilizará a transição, por etapas, no rumo de um sistema universal e uma renda básica de cidadania".

No início de sua fala, Lula saiu em defesa de Suplicy, ao dizer que, por causa da obstinada defesa da política de renda mínima, o ex-senador deveria "receber o prêmio Nobel". Para selar a paz, elogiou o grupo de trabalho coordenado por Mercadante por ter incluído o tema no plano de governo. (VD)